

# A questão trans na França e no Brasil: tão longe e tão perto!

**Simone Ávila**  
**Miriam Pillar Grossi**

Este texto tem como ponto de partida a pesquisa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina, em andamento, sobre a produção de masculinidades nas transexperiências masculinas no Brasil, e o estágio doutoral realizado entre novembro de 2011 a fevereiro de 2012 no Institut d’Ethnologie Méditerranéenne, Européenne et Comparative (IDEMEC) da Maison Méditerranéenne de Sciences de l’Homme (MMSH) da Université Aix-Marseille, em Aix-En-Provence, França, sob orientação da professora Laurence Hérault<sup>1</sup>.

O tema central deste projeto de tese é a produção de masculinidades de transhomens<sup>2</sup> brasileiros em um determinado contexto histórico,

---

1 O estágio doutoral se inseriu no projeto CAPES-COFECUB “Gênero, Sexualidade e Parentesco: Um estudo comparativo entre França e Brasil”, coordenado no Brasil pela professora Miriam Pillar Grossi, da Universidade Federal de Santa Catarina, e na França pela professora Agnès Fine, da Université Toulouse Le Mirail.

2 Utilizamos o termo “transhomem” para nos referir aos sujeitos que foram identificados no nascimento como pertencentes ao “sexo” feminino (ou transexuais masculinos, homens trans, ou trans masculinos ou ainda FTM) e que se identificam com o gênero masculino. Optamos por usar esta categoria porque nos agrada a tradução do francês de transhomme, utilizado pela teórica queer francesa Marie-Hélène Bourcier; desta forma, “transhomem” se torna um substantivo, que é a palavra com que se denomina, e não se “qualifica”, um ser ou um objeto, como é o caso do adjetivo. Ao usarmos “masculino” ou “feminino” após transexual (transexual masculino, transexual feminino), ao usar “transexual” após homem ou mulher (homem transexual, mulher transexual) estamos

[ VOLTA AO SUMÁRIO ]

político, social e cultural dos anos 2000 no qual estão sendo produzidos determinados tipos de masculinidades. Para tanto, realizamos uma etnografia, tanto *online* como *offline* na qual participaram 34 transhomens de várias regiões do Brasil. Reconhecemos que talvez esta “classificação” não seja a mais adequada, uma vez que a etnografia *online* não pode estar descolada da etnografia “tradicional”, *offline*, na qual o/a pesquisador/a tem como campo um lugar, uma tribo, uma sociedade, nem de seus pressupostos. No entanto, as interações mediadas por computador podem se constituir como uma possibilidade de aprofundar a reflexão sobre sua diferença com uma relação face a face (RIFIOTIS, 2010) e segundo Mônica Pieniz (2010, p. 3), “*pensar em procedimentos metodológicos para o ambiente virtual se faz fundamental na medida em que se evidenciam novas formas de interações sociais pela internet*”.

O objetivo do estágio na França era conhecer a realidade francesa acerca da transexualidade, tanto do ponto de vista do movimento social, diga-se de passagem do movimento trans, quanto da produção teórica a respeito do tema, por duas razões:

1. porque em 2010 surgiu a notícia de que a transexualidade na França foi despsiquiatrizada, o que nos levou a pensar que as realidades brasileira e francesa eram muito diferentes e;
2. porque pensávamos que a produção teórica era abundante, tendo em vista a publicação do número 45 do *Cahier du Genre*, publicado no final de 2008, um número dedicado às transmasculinidades<sup>3</sup>.

Pretendíamos, à medida do possível, fazer uma etnografia com transhomens franceses. Porém, neste âmbito, nem tudo saiu conforme o planejado. Neste texto apresentamos alguns pontos em comum e pontos

---

qualificando o sujeito; e em uma lógica “polissexual”, nos parece adequado fugir dos binarismos já conhecidos, como por exemplo, homem/mulher, masculino/feminino.

3 Do qual fizeram parte várias teóricas queer, entre elas Marie-Hélène Bourcier, autora de *Queer Zones* 1, 2 e 3. Ver: referências.

que se distanciam entre Brasil e França no campo da transexualidade, mais especificamente sobre a despsiquiatrização desta na França, sobre pesquisas acadêmicas e produção teórica e sobre o movimento trans.

## a) Despsiquiatrização da transexualidade na França

Em fevereiro de 2010, Roselyne Bachelot, então Ministra da Saúde e dos Esportes da França, anunciou oficialmente, com grande pompa, o decreto que retira os “distúrbios precoces de identidade de gênero” da lista de transtornos psiquiátricos, “*tornando a França o primeiro país do mundo a não considerar mais a transexualidade como uma doença mental*”<sup>4</sup> (MINISTÈRE DES AFFAIRES SOCIALES ET DE LA SANTÉ, 2009).

À primeira vista essa é uma decisão importante, pois nos parecia que em não considerar mais a transexualidade como uma doença mental significaria tornar mais fáceis os processos de modificações corporais e alteração do nome de registro civil para as pessoas trans. No entanto, é preciso problematizar um pouco mais essa questão.

Segundo Karine Espineira (2011a), o início dos cuidados de pessoas transexuais na França se deu em 1979, com a criação da equipe pluridisciplinar composta pelo cirurgião Pierre Banzet, o psiquiatra Jaques Breton e o endocrinologista Jean Pierre Luton, do Hôpital Saint-Louis, um hospital público de Paris.

O *Conseil National de L'Ordre des Médecins*, que seria o equivalente no Brasil ao Conselho Federal de Medicina, considerou essas intervenções terapêuticas e as aceitou em 1983 (MACÉ, 2010), sendo reembolsadas desde então pela previdência social (*Sécurité Sociale*)<sup>5</sup>. Importante lembrar que a

---

4 Tradução das autoras.

5 A *Sécurité Sociale* na França é composta por um conjunto de instituições, cuja função é proteger os indivíduos das conseqüências de diversos eventos ou situações, geralmente referidos como riscos sociais. Existem quatro tipos de riscos, que formam os quatro ramos da previdência social, sendo um deles relativos às doenças, maternidade, invalidez e morte. Para conhecer melhor sua organização, estrutura e funcionamento, acesse: <http://www.securite-sociale.fr/L-organisation-de-la-Securite-sociale>.

entrada da transexualidade, na época “transexualismo”, no DSM III (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*)<sup>6</sup> ocorreu em 1980.

Em 1989 o Ministério da Saúde francês enviou uma circular, formalizando o protocolo de atendimento da equipe de Pierre Banzet, sem base legal, que exigia dois anos de acompanhamento por uma equipe especializada dentro de um hospital público, distanciando-se da prática liberal de livre escolha de médicos pelos/as pacientes (MACÉ, 2010). Esta circular parece ser a origem do mito que é a existência de protocolos chamados “oficiais” com psiquiatras autoproclamados especialistas em transexualidade, uma vez que na França não houve a publicação de uma Portaria ou Resolução que regulamentasse o “processo transexualizador” como há no Brasil. Voltaremos a esta questão mais adiante. Isto significou que as pessoas trans deveriam ser acompanhadas somente por esses psiquiatras que se autoinseriram na lista de especialistas em transexualidade para ter o direito ao reembolso das despesas médicas pela previdência social (*Sécurité Sociale*).

Essa circular foi cancelada por decisão do Tribunal de Cassação em 2004 e ainda em 2004 a transexualidade na França foi classificada como ALD23 (*affection de longue durée* - afecção de longa duração), psiquiátrica, passível de pagamento pela previdência social. Porém, apesar desta mudança, mantém-se a “lista de especialistas” para o tratamento da transexualidade. Esta ALD só veio a ser reformulada, em 2010, por decreto específico.

Segundo um dos principais grupos militantes trans na França, o GAT (*Groupe Ativiste Trans*), essa avaliação foi solicitada à Comissão de Autoridade em Saúde - *Haute Autorité de Santé* (HAS) por associações trans ainda em 2004, um pouco antes do início do decreto da ALD, no entanto, levou cinco anos para a HAS produzir um novo documento, isto sem qualquer consulta à comunidade trans.

Segundo o GAT, a HAS avaliou apenas as “famosas equipes” hospitalares públicas de atendimento às pessoas trans, que correspondem a apenas 10% do atendimento a pessoas trans. Na França, 90% das transições

---

6 Consulte: <http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm-history-of-the-manual>

ocorrem de forma “livre”, ou seja, feitas por pessoas trans que escolhem seus médicos “fora da lista” de especialistas.

O que efetivamente aconteceu em 2010 foi uma reclassificação administrativa da transexualidade na França, deixando de ser uma *doença de longa duração* (ADL), saindo do catálogo psiquiátrico. Mas a França, assim como o Brasil e em outros países, segue o protocolo internacional chamado *Standars of Care (SOC) for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender Nonconforming People*<sup>7</sup>, da *World Professional Association for Transgender Health (WPATH)*.

Em Marseille, tivemos a oportunidade de entrevistar Karine Espineira e Maud-Yeuse Thomas<sup>8</sup>, transativistas, autoidentificadas como “*lesbotrans*”, cofundadoras da Associação ZOO, criada em meados dos anos 1990 junto com Marie-Hélène Bourcier e Tom Reucher<sup>9</sup>. Elas explicaram que na prática as dificuldades continuam, pois para mudar o registro civil, por exemplo, é necessário passar por todo o protocolo; que exige para as transmulheres a vaginoplastia e para os transhomens a exigência da esterilização (histerectomia<sup>10</sup>, por exemplo). Ainda são solicitados os testes da vida real.

---

7 O objetivo geral do SOC é fornecer orientação clínica para profissionais de saúde para auxiliar as pessoas transexuais. Estes protocolos visam à identificação do/a “verdadeiro/a transexual”, através do estabelecimento de vários critérios, que são criticados por ativistas e vários/as pesquisadores/as em ciências sociais e humanas. Entre os critérios consta o “teste da vida real”, no qual a pessoa deve viver a maior parte do dia vestido com roupas do gênero desejado. Os protocolos preveem um acompanhamento dos/as “candidatos/as” às cirurgias de redesignação sexual por dois anos pela equipe de saúde. Para conhecer o protocolo, acesse: [http://www.wpath.org/publications\\_standards.cfm](http://www.wpath.org/publications_standards.cfm).

8 Ambas são também cofundadoras da Sans Contrefaçon (<http://sans.contrefacon.free.fr/presentation.html>) e do Observatoire des Transidentités, que é um site independente de informação, análise e visibilidade das questões trans e de gênero, no qual participam tanto militantes quanto pesquisadores. Consulte: [www.observatoire-des-transidentites.com/](http://www.observatoire-des-transidentites.com/).

9 Psicólogo clínico transhomem, ativista trans. Ele fundou em 1994 a Association du Syndrome de Benjamin (ASB), pela defesa e dignidade das pessoas transexuais.

10 Retirada do útero

Naël Mars, transativista que entrevistamos também em Marseille, aponta outra questão importante, que se refere ao número de médicos e psiquiatras que atendem pessoas trans. Segundo ele, há apenas quatro cirurgiões na França, um psiquiatra em Montpellier um pouco mais “aberto”, mas não há cirurgião, então ele encaminha as pessoas trans para um cirurgião em Marseille. Os anestesiastas de modo geral se recusam a trabalhar nesses tipos de procedimentos, havendo somente um anestesista em Marseille.

No Brasil as coisas não são muito diferentes da França, como já sabemos. Foi em 1997 que as cirurgias de readequação de gênero iniciaram no país, a partir da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº. 1.482/97, a qual passou a autorizar, “*a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de ‘transexualismo*”<sup>11</sup>” (CFM, 1997). Depois, em 2008, tivemos a portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, que regulamenta o Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). De qualquer modo, os protocolos no Brasil seguem os protocolos internacionais também.

Quanto à mudança de nome no registro civil no Brasil, não há uma lei que regulamente essa alteração, é uma decisão que cabe a cada juiz que examina o processo. Há juízes que autorizam a mudança antes mesmo da finalização de todo o processo, há outros juízes que mesmo que a pessoa tenha passado por todos os procedimentos, inclusive a mudança da genitália, não autorizam a alteração, argumentando que o sexo é “genético”. E há ainda juízes que autorizam a mudança de nome sem que pessoa tenha se submetido aos protocolos, como é o caso de Marcelly Malta, uma travesti de Porto Alegre que mudou oficialmente seu nome em fevereiro 2011, abrindo jurisprudência para outras decisões semelhantes no país.

---

11 Grifo meu.

## b) Produção teórica

Em relação à produção teórica, chegamos à França com a expectativa de encontrar estudos *queer* como os de Marie-Hélène Bourcier e conhecer outras/os autoras/es como ela. De fato há vários artigos publicados sobre transexualidade, muitos deles no campo das ciências sociais e humanas, como psicanálise, sociologia e antropologia, mas não necessariamente com uma abordagem *queer*. Na França as pesquisas sobre transexualidade dentro das “humanidades” não são muito valorizadas, tendo em vista que há somente três grupos de pesquisa que recebem financiamento do CNRS, diferentemente do Brasil, onde temos vários grupos de pesquisa trabalhando com o tema das travestilidades e transexualidades, embora tenhamos também um número grande de publicações da área médica sobre transexualidade.

Na maioria dos artigos franceses, como os de Sébastien Sengenès (2004), Hélène Godefroy (2008) e Jérôme Latrobe (2010), há a compreensão de que transexuais são as pessoas ou que fizeram as cirurgias ou se submeteram aos protocolos transexualizadores ou quem tem esse desejo, ou seja, é claramente uma categoria médica. Marie-Hélène Boucier se diferencia desses/as autores/as por entender que as práticas transgêneros ou o surgimento político e cultural do movimento trans na França nos anos 1990 contribuíram para a desconstrução voluntária do sistema binário sexo-gênero, distanciando-os de uma visão “transnormativa” e frequentemente “vitimizante” da transexualidade.

Quando conversamos pela primeira vez com a orientadora francesa, Laurence Hérault, ela questionou o uso da categoria *transhomem* utilizada em nossa pesquisa. Nessa categoria incluímos as pessoas que ao nascimento foram assignadas como do sexo feminino, mas que desejam ser reconhecidas socialmente pelo gênero masculino, independentemente de terem feito ou não alterações corporais para tanto. Para ela, estas pessoas são transgêneros (*transgenres*). Ou seja, haveria na França transexuais, que seriam aquelas pessoas que fazem alterações corporais, principalmente as cirurgias de transgenitalização para as transmulheres e histerectomia

e mastectomia pra os tranhomens para ser reconhecidas no gênero desejado, e transgêneros, que seriam as pessoas que se identificam com um gênero diferente do atribuído no nascimento, sem necessariamente realizar alterações corporais. Ela comentou que alguns/umas ativistas falam apenas em “trans”, como pudemos confirmar nas entrevistas com ativistas citadas anteriormente.

Essa conversa com Laurence nos lembrou das categorias transexual e travesti no Brasil, e explicamos a ela que houve uma tentativa de usar “transgênero” no Brasil, na década de 1990, período em que as travestis se fizeram mais presentes no movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). O termo “transgênero” não foi amplamente aceito por elas por ter sido uma categoria trazida por ativistas trans brasileiras que viviam no exterior naquela época (CARVALHO, 2011), ou seja, viviam em um contexto diferente e traziam algumas questões que ainda não estavam na pauta de lutas das travestis.

Há no Brasil as categorias travesti e transexual e o que as diferencia, a princípio, é o desejo de fazer a cirurgia de redesignação sexual (transexual) ou o não desejo (travestis), porém isso não é consenso, não se restringe a essa única explicação, é um tema marcado por tensões, conflitos, contradições e disputas e essas identificações não seguem claros regimes divisórios (BENTO, 2006; PELÚCIO, 2007b; LEITE JR., 2008; BARBOSA, 2010). Para Fernanda Cardozo (2009, p. 85), “*as identificações entre transexualidades e travestilidades não seguem rígidos ou claros regimes divisórios*”. Temos observado no Brasil o uso da categoria “trans” mais recentemente, mas este também não é um ponto pacífico.

### c) Ativismo trans na França

As primeiras associações trans francesas surgiram na década de 1990. Em 1994 Tom Reucher, psicólogo clínico transhomem, fundou a *Association du Syndrome de Benjamin (ASB)*, pela defesa e dignidade das pessoas transexuais. A ABS criou em 1997 a marcha *Existran*. Em 2005 houve a segunda

edição da marcha e a partir de 2007 a *Existran* passou a ser um coletivo interassociativo, do qual fazem parte o *GAT*, *Act-Up*, *Sans contrefaçon*, *Mutatis Mutandis*, *Trans Act et l'Organisation Internationale des Intersexué-e-s*, que organiza a marcha anualmente. A *ABS* foi dissolvida em 2008 e alguns membros fundaram outra associação chamada *ORTrans* (*Objectif Respect Trans*).

Foi também na década de 1990 que surgiu a *PASST* (*Prévention Action Santé Travail pour les Transgenres*), fundada por Camille Cabral, direcionadas às trans trabalhadoras do sexo, cujo objetivo era dar suporte principalmente às imigrantes. O trabalho da *PASST* inicialmente estava centrado na prevenção do HIV/Aids.

O início dos anos 2000 foi marcado pela emergência de coletivos trans e de espaços políticos e teóricos contestatórios, como o *GAT* de Paris e o *STS67* (*Support Transgenre Starsbourg*) de Strasbourg (ESPINEIRA, 2011b), como podemos perceber na forma em que tanto o *GAT* quanto o *STS67* se apresentam em seus sites na Internet: “O *GAT* é um grupo informal, liberatório, independente e alternativo de trans irritadas com as políticas associativas consensuais e as instituições médico-jurídicas despóticas”<sup>12</sup>. “O *STS67* funciona de um modo estritamente igualitário, laico, independente e voluntário. Os pensamentos sectários e normativos, as lendas, os boatos e os mitos não nos interessam, nós os combatemos: nós não vendemos sonhos, nós informamos você da realidade”<sup>13</sup>.

Ao longo dos anos 2000 surgiram outras associações, tais como a *Trans Aide*, *Gest*, *Intertrans*, *C'Est Pas Mon Genre*, *Pink Freak'X*, *Chrysalide*. A despatologização das identidades trans é pouco a pouco compartilhada entre elas, porém há outros pontos que são mais polêmicos, como por exemplo a recusa ou não da intervenção do Estado nas questões de gênero (ESPINEIRA, 2011b).

---

12 Disponível em: <http://transencolere.free.fr/gat/questcequegat.htm>.

13 Disponível em: [http://www.sts67.org/html/fr\\_accueil.html](http://www.sts67.org/html/fr_accueil.html).

## d) O ativismo trans no Brasil

A denominação por sigla – LGBT – é recente em nosso país, tendo em vista que até 1992 o termo usado para denominar o movimento político em torno da homossexualidade era “movimento homossexual brasileiro”, que emergiu no final dos anos 1970 em um contexto de grande ebulição, “*marcado pela contracultura, pela ditadura militar, por uma intensa atividade de grupos de esquerda e pelo surgimento e visibilidade das versões modernas do movimento feminista e negro*” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 60).

Foi no início da década de 1990 que surgiram as primeiras organizações ativistas de travestis. Para Carvalho e Carrara (2013, p. 321), “*a Aids foi notadamente um catalisador de organização política das travestis*”. Larissa Pelúcio afirma que o surgimento das ONGs/Aids foi “*fortemente marcado pelas lideranças gays, passando depois a incorporar outras performances de gênero/sexuais (...) o ativismo proporcionou a construção e rearticulação de ‘identidades’ por meio da experiência subjetiva da doença e da sua politização*” (PELÚCIO, 2007, p. 120).

A inclusão oficial da letra “T” na sigla aconteceu em 1995 no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (VIII EBGL), no qual houve, pela primeira vez, a participação formal de organizações de travestis em um espaço do movimento (CARVALHO, 2011). Portanto, o “T” refere-se somente às travestis neste momento. Porém, as transexuais se inseriram no movimento LGBT em meados dos anos 1990, quando surgem novas organizações, desta vez compostas por transexuais. São elas: o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT), que esteve ativo entre 1995 e 1997, e o Movimento de Transexuais de Campinas (MTC), que iniciou as atividades em 1997. Por ter entre suas integrantes usuárias do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o MTC tinha forte ligação com os serviços de saúde e uma “*preocupação ‘pedagógica’ no que diz respeito à transexualidade*” (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 332). Um dos pontos centrais na luta das transexuais era a demanda por intervenções cirúrgicas que possibilitassem a elas a expressão de sua identidade de gênero.

Os anos 2000 no Brasil são marcados pelo surgimento de redes nacionais de travestis e também de transexuais, apontando a presença mais efetiva das transexuais na cena política e um certo distanciando do movimento LGBT e, também, talvez, indicando o início da consolidação de um movimento trans, e pela mudança na interlocução entre travestis e transexuais e poder público.

A trajetória do movimento de travestis e transexuais no Brasil, até fins da primeira década dos anos 2000, é marcada pela presença de mulheres trans no que se refere a transexuais. Quando iniciamos a pesquisa, não havia nenhum grupo, associação ou organização de transhomens e a grande maioria dos interlocutores referiu não participar do movimento LGBT. O que percebemos foi que Xande Peixe, que identificamos como o único transhomem ativista que participou do XII ENTLAIDS, realizado em 2005, foi se constituindo como uma referência dentro do movimento, ocupando alguns espaços políticos que consideramos importantes. Ele foi presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT) entre 2008 e 2010, representante do Brasil na *Red Latino Americana de Hombres Trans en el Activismo* e participou do Forum Paulista de Travestis e Transexuais. Xande também fez parte da construção do Processo Transexualizador do SUS (PTS)<sup>14</sup>, apresentando demandas específicas dos transhomens, como mastectomia e histerectomia.

Além disso, identificamos o surgimento do Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT) em São Paulo em 2011, coordenado por Andreas Maurice Boschetti. Uma das preocupações iniciais do NAHT foi a melhora do acesso aos serviços de saúde para transhomens naquela cidade, iniciando um diálogo entre os transhomens e o Centro de Referência e Treinamento de São Paulo (CRT-SP). No entanto, as ações do NAHT não se restringem apenas às questões de saúde.

---

14 Flávia Teixeira (2009) faz referência à participação de outro ativista neste processo além Xande, que participou da primeira reunião e solicitou a saída do grupo por divergências políticas. Ela não cita o nome dele.

Em 2011, nós do NIGS, junto com a Associação de Pesquisadores Brasileiros na França – APEB-Fr, estávamos organizando a *Journéed’Études APEB-NIGS “Questions LGBT: Recherches au Brésil et en France – Questions théoriques et politiques”*. Na programação estava prevista uma sessão de vídeos sobre ativismo LGBT no Brasil com o objetivo de apresentar aos/às franceses/as algumas experiências brasileiras nesse campo. Convidamos algumas organizações, e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Associação Nacional de Travestis (ANTRA) e o NAHT enviaram seus vídeos.

No vídeo enviado, Boschetti apontou os outros objetivos do NAHT: a recolocação profissional de transhomens no mercado de trabalho, a qualificação e orientação das equipes de recursos humanos das empresas sobre as questões ligadas à transexualidade, a aprovação do Estatuto da Diversidade Sexual, que prevê a retificação de nome e gênero e “*a formação de uma ONG nacional, com o apoio de coordenadores regionais, todos homens transexuais, espalhados pelo Brasil inteiro*” (BOSCHETTI, 2011).

A ONG nacional a que Boschetti se refere é a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), que surgiu no início de 2012 e foi oficializada em 30 de junho do mesmo ano. O NATH parece ter sido o propulsor da ABHT e da participação mais expressiva de transhomens no movimento LGBT. No dia 01 de julho de 2012 foi oficializada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), em São Paulo. Participaram do ato de fundação ativistas, representantes de organizações governamentais e não governamentais e pesquisadoras. Três questões emergem neste momento:

1. A presença de transhomens no movimento trans até então era praticamente inexistente ou com pouquíssima visibilidade, diferentemente da França, que como vimos já na década de 1990 uma das associações foi fundada por um transhomem, Tom Reucher;

2. A ABHT foi articulada a partir de encontros e discussões virtuais propiciados através das redes sociais, como o *Facebook* e;

3. Leonardo Tenório, presidente da ABHT afirmou no seu discurso de fundação da associação que a ABHT aceita todas as autoidentificações,

como *transhomens*, *homens trans*, *FTM*, *transgêneros* etc, demonstrando uma ampliação das categorias até então reconhecidas, *travestis* e *transsexuais*. Ele ainda afirmou a importância da articulação entre movimento social, organizações governamentais e academia.

A partir dos dados observados nos dois países, consideramos que na França o movimento trans tem suas próprias lutas e reivindicações, estando à parte do chamado movimento LGBT, ou neste caso LGB. O T tem “vida própria”. No Brasil conhecemos o movimento LGBT, no qual está inserido o que seria o “movimento trans” brasileiro. Por um lado, há o argumento de que juntando as “letrinhas”, o movimento se mostra mais forte; seria uma associação estratégica. Por outro, há o argumento de que as especificidades das travestis e pessoas transexuais não estão contempladas nas reivindicações de gays e lésbicas, tornando as pessoas trans invisibilizadas no movimento (CARVALHO e CARRARA, 2013). Este é um tema permeado por dúvidas, controvérsias, tensões e disputas identitárias que, a meu ver, precisa melhor problematizado.

#### e) Produção teórica trans francesa

É inegável que a produção teórica das próprias pessoas trans, como por exemplo os trabalhos de Karine Espineira, que terminou seu doutorado em Comunicação em 2013 na Université de Nice Sophia Antipolis, sendo a primeira pessoa trans a obter o título de doutora, é uma marca da forma como a questão trans aparece na França. Em 2008 ela publicou o livro *La transidentité – De l’espace médiatique à l’espace public*, publicado pela editora L’Harmattan de Paris, no qual ela traz uma reflexão muito interessante sobre a construção de transidentidades no espaço midiático da televisão.

Além disso, Espinera publicou alguns artigos em diversas revistas e em 2013, ela, Maud-Yeuse Thomas e Arnaud Alessandrin foram os/as organizadores/as de dois livros: *Transidentités – Histoire d’une dépathologisation* e *Identités Intersexes: Identités en débat*, ambos publicados pela editora L’Harmattan, de Paris.

Tom Reucher defendeu em 2002 o trabalho *Ethnopsychiatrie, theorie queer et transexualisme (Syndrome de Benjamin): Pratiques Cliniques*, apresentado à Universidade Paris 8 para obtenção o diploma de estudos superiores especializados. Ele publicou outros artigos mais tarde e em 2011 participou do livro *La Transidentité – Des changements individuel au débat de société*, organizado por Arnaud Alessandrin (doutor em sociologia), uma publicação da associação *Mutatis Mutandis* a partir do da jornada “portas abertas” que aconteceu em junho de 2010.

Em um artigo intitulado “*Quand les trans deviennent experts – le devenir trans de l’expertise*”, publicado em 2005, Tom Reucher critica veementemente a psicanálise a psiquiatria por essas duas disciplinas considerarem a transexualidade como uma doença mental e por desconhecerem os diferentes processos das transidentidades, utilizando teorias heterocentradas. Ele argumenta que as posições tomadas pela psicanálise e pela psiquiatria são mais dogmáticas do que clínicas ou científicas, que pretendem ser a “única” verdade. Ele termina o texto com duas frases: “Quem pode, melhor que nós, dizer o que nós vivemos? Em que sua visão de mundo é mais justa que a nossa?” (REUCHER, 2005, p. 164).

Observamos também a importância na França de pesquisas realizadas por grupos militantes, trabalhos que também são objeto de publicação e de produção de conhecimento sobre o campo trans.

A enquete da Chrysalide foi realizada entre dezembro de 2010 a outubro de 2011 e teve como objetivos recolher informações sobre saúde e sexualidade de pessoas trans, bem como sua relação com médicos, os riscos relacionados à sexualidade e ainda suas orientações e preferências sexuais. Foi aplicado um questionário com vinte e uma perguntas que podiam ser respondidas também através de um formulário *online*. Fizeram parte da pesquisa 187 pessoas.

Um aspecto muito interessante do questionário foi a pergunta relativa às identidades de gênero, uma pergunta aberta. Não foi explicitado, deliberadamente, o que são estas identidades e sim solicitado às/aos participantes que respondessem como se autoidentificam, a fim de permitir a

utilização de termos outros que não os utilizados pela psicologia ou sociologia. Surgiram mais de 57 categorias diferentes, entre elas, homem, mulher, FTM (*female to male*), MTF (*male to female*), FTX (*female to X*), homem trans, mulher trans, travesti, lésbica (*gouine*), gênero *queer*, *sissy-boï*, trans, mulher em corpo de homem, *moi*, humano, o que mostra um painel de possibilidades em matéria de identidade e autodefinição particularmente complexo e variado (Chrysalide, 2011). Esta pesquisa foi publicada em novembro de 2011 com o título de Enquete *Chrysalide Santé Trans 2011*.

Outra pesquisa levada a cabo por ativistas do CRIPS<sup>15</sup> Ile-de-France e Act-Up-Paris junto com o INSERM<sup>16</sup> foi um estudo exploratório relativo às pessoas trans a fim de descrever sua situação social, seus comportamentos sexuais e seus recursos quanto aos cuidados de saúde. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário disponibilizado *online*. A pesquisa foi realizada na França entre maio e junho de 2007 e fizeram parte da pesquisa 179 pessoas.

Os resultados desta pesquisa mostram que 69 pessoas (38,5%) se identificam como transexuais, 37 (20,7%) como transgêneros, 61 (34,1%) transexuais e transgêneros e 12 (6,7%) como nem transexuais nem transgêneros. Quanto à orientação sexual, 75 (41,9%) são heterossexuais, 39 (21,8%) homossexuais, 60 (33,5%) nem homo nem heterossexuais e 5 (2,8%) pessoas responderam homo e heterossexuais. 167 (93,8%) entrevistados/as tinham nacionalidade francesa e 11 (6,8%) estrangeira.

## f) Dificuldades no campo francês

Como relatamos anteriormente, nossa ideia inicial era também fazer uma etnografia com transhomens franceses. Entramos em contato com várias associações trans para primeiramente conhecê-las, como *C'est Pás Mon Genre*, de Lille, *Mutatis Mutandis*, Centre LGBT, de Paris e *Chrysalide*, de

---

<sup>15</sup> Centre Régional d'Information et Prévention du Sida.

<sup>16</sup> Institut National de Santé et Recherche Médical.

Lyon, entre outras, explicando que nós éramos pesquisadoras brasileiras e os objetivos da nossa pesquisa.

O *Centre LGBT* de Paris permitiu que participássemos de uma reunião de pessoas trans, mas a reunião foi desmarcada de última hora. Uma outra associação, após inúmeras trocas de emails, aceitou a nossa presença, mas a reunião seria em uma data em que eu não estaríamos na mais na França. Nossa estada na França teve a duração de quatro meses, de novembro de 2011 a fevereiro de 2012, período um pouco complicado porque é um período de festas, com alguns feriados, é período de férias também, o que dificultou um pouco o meu acesso às associações, mas não se resume a esta dificuldade o contato com as associações francesas.

Em Paris participamos da organização da *Journée d'Etudes LGBT, na Maison du Brésil*, organizada pela Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França (APEB-Fr) em parceria com o NIGS, do qual eu participo. Um dos objetivos era fazer a interlocução entre pesquisadores/as e ativistas brasileiros/as e franceses/as a respeito da temática LGBT. Uma das dificuldades que encontramos foi convencer alguns/mas ativistas gays e lésbicas a participar do evento. No entanto, Camille Cabral, da PASST, esteve presente e participou de uma das mesas. No Brasil isso também acontece, às vezes o diálogo entre a academia e ativistas é um pouco truncado, como sabemos. Uma das tensões que há está relacionada ao fato de que, como apontou Tom Reucher, as pessoas trans questionam a legitimidade de teóricos/as, uma vez que os mais “legítimo/as” para falar de si seriam os/as próprios/as trans.

## Conclusão

Demonstramos neste texto que algumas lutas dos/as ativistas trans, como a despatologização trans e despsiquiatrização da transexualidade, são pontos em comum entre Brasil e França. Outro aspecto semelhante diz respeito às dificuldades de acesso às transformações corporais que as pessoas trans desejam, bem como às dificuldades de alteração de nome no registro civil.

Diferentemente do Brasil, a presença de transhomens no movimento trans francês surge na década de 1990. No Brasil, identificamos esta presença apenas recentemente, com o surgimento do NAHT em 2011 e da ABHT em 2012.

Outro ponto que destacamos como diferenças entre os dois países diz respeito à produção de conhecimento pelas próprias pessoas trans. Percebemos que na França tanto ativistas como associações trans trazem contribuições importantes para o campo teórico trans. Não identificamos produção semelhante no Brasil, talvez seja ainda um campo incipiente, que merecerá novas abordagens em um futuro próximo.

Para finalizar, esperamos ter demonstrado que, embora Brasil e França sejam países tão distantes, com culturas diversas e contextos socio-políticos peculiares, a questão trans no que se refere à despsiquiatrização da transexualidade, produção teórica sobre o tema e ativismo trans, apesar de apresentar alguns aspectos muito diferentes nos dois países, em outros há uma grande proximidade. Conciliar o que está ao mesmo tempo tão longe, e tão perto, é um dos desafios neste campo.

## Referências

ALESSANDRIN, Arnaud (dir). *La Transidentité: des changements individuel au débat de société*. Paris: L'Harmattan, 2011.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA) – DSM III. Disponível em: <http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm-history-of-the-manual>. Acesso: 28 mar 2013.

BARBOSA, Bruno César. *Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. 2010. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social] –Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BENTO, Berenice. *A reinvenção corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURCIER, Marie-Hélène. *Queer Zones: politiques des identités sexuelles et des savoirs*. Paris: Éditions Amsterdam, 2006, 2011.

----- . *Queer Zones 2: Sexpolitiques*. Paris: La fabrique, 2006.

----- . *Queer Zones 3: Identités, cultures, politiques*. Paris: Amsterdam: 2011

CARDOZO, Fernanda. *Das dimensões da coragem: Socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil*. Dissertação. [Mestrado em Antropologia Social] - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

CARVALHO, Mário. De “doidas e putas” a “respeitáveis militantes”: um histórico do movimento de travestis e transexuais no Brasil. 35o. *Encontro da ANPOCS*. Caxambu, 2011.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. “Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 14, dossier n. 2, p. 319-351, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução CFM n° 1.482 /97*. Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482\\_1997.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482_1997.htm). Acesso: 13 nov 2011.

CHRYSALIDE. *Etude ‘Santé Trans 2011’ – Pré-rapport – 20 novembre 2011*. Disponível em: <http://chrysalidelyon.free.fr> Acesso: 21 nov 2011.

ESPINEIRA, Karine. “Transidentités: de la théorie à la politique”. *L’Information psychiatrique*, v. 4, n. 87, p. 245 a 352, 2011a.

----- . “Le bouclier thérapeutique: discours et limites d’un appareil de légitimation”. *Revue Internationale de Recherche Biographique*, n. 2, p. 280-295, 2011b.

ESPINEIRA, Karine; THOMAS, Maud-Yeuse; ALESSANDRIN, Arnaud (dir.). *Transidentités: Histoire d’une dépathologisation*. Paris: L’Harmattan, 2013.

----- . *Identités Intersexes: Identités en débat*. Paris: L’Harmattan, 2013.

GAT. Website do Groupe Activiste Trans’. Disponível em: <http://transencolere.free.fr/gat/questcequegat.htm>. Acesso: 21 nov 2011.

GODEFROY, Hélène. “Changer de sexe: quand la demande se perd”. *La clinique lacanienne*, n. 13, p. 85-106, 2008/1.

LATROBE, Jérôme. “Sandrine à Marseille: Dialogue avec une transsexuelle”. *CLIO. Histoire, femmes et sociétés*, n. 31, p. 197-206, 2010.

LEITE JR., Jorge. “*Nossos corpos também mudam*”: Sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transsexual” no discurso científico. Tese [Doutorado em Ciências Sociais] – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACÉ, Éric. “Ce que les normes de genre font aux corps/Ce que les corps font aux normes de genre”. *Sociologie*, v. 1, n. 4, p. 497-515, 2010. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-sociologie-2010-4-page-497.htm>. Acesso: 19 nov 2011.

MINISTÈRE DES AFFAIRES SOCIALES ET DE LA SANTÉ – FRANCE. Disponível em: <http://www.sante.gouv.fr/declassification-de-la-transsexualite-de-la-categorie-affection-de-longue-duree-ald-23-affections-psychiatriques-de-longue-duree.html> Acesso: 03 jan 2012.

ODT. *Website do Observatoire des Transidentités*. Disponível em: [www.observatoire-des-transidentites.com/](http://www.observatoire-des-transidentites.com/) Acesso: 12 jan 2012.

PELÚCIO, Larissa. “Ativismo Soropositivo: A politização da Aids”. *ILHA – Revista de Antropologia*, v. 9, n. 1-2, p. 121-141, 2007.

REUCHER, Tom. *Ethnopsychiatrie, theorie queer et transsexualisme (Syndrome de Benjamin): Pratiques Cliniques*. [Mémoire de Diplôme d’Études Supérieures Spécialisées]. Université de Paris 8. Paris, 2002.

\_\_\_\_\_. “Quand lês trans deviennent experts: Le devenir trans de l’expertise”. *Multitudes*, v. 1, n. 20, p. 159-164, 2005.

SANS CONTREFAÇON. *Website de l’Association Sans Contrefaçon*. Disponível em: <http://sans.contrefacon.free.fr/presentation.html>. Acesso: 12 jan 2012.

SENGENÈS, Sébastien. “D’un genre à l’autre: Identité refuse, identité abandonnée”. *Terrain – Revue d’Ethnologie de l’Europe*, n. 42, p. 81-94, 2004. Disponível em: <http://terrain.revues.org/1748>. Acesso: 17 nov 2011.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOC. *Website da The World Professional Association for Transgender Health*. Disponível em: [http://www.wpath.org/publications\\_standards.cfm](http://www.wpath.org/publications_standards.cfm). Acesso: 14 abr 2013.

STS67. *Website du Support Transgenre Strasbourg*. Disponível em: [http://www.sts67.org/html/fr\\_accueil.html](http://www.sts67.org/html/fr_accueil.html). Acesso: 12 jan 2012.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. Tese de Doutorado. Campinas : Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

THOMAS, Maud-Yeuse; ESPINEIRA, Karine; ALESANDRIN, Arnaud. (Orgs.). *Transidentités: Histoire d'une dépathologisation*. Paris: L'Harmattan, 2013.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *Identités intersexes: identités en débat*. Paris: L'Harmattan, 2013.

WILSON, Kayigan d'Almeida; BERDOUGO, François; HAZERA, Hélène. "Transsexuel(le)s: conditions et style de vie, santé perçue et comportements sexuels. Résultats d'une enquête exploratoire par Internet, 2007". *BEH*, n. 27, 1er juillet. 2008. Disponível em: [http://www.invs.sante.fr/beh/2008/27/beh\\_27\\_2008.pdf](http://www.invs.sante.fr/beh/2008/27/beh_27_2008.pdf). Acesso: 17 dez 2011.